



Comissão de Educação e Ciência

10.maio.2018 – 14h00m

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade: Associação Académica de Coimbra**

**Recebidos por:** Deputados Margarida Mano (PSD, que presidiu à reunião), Álvaro Batista (PSD), Ivan Gonçalves (PS), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP)

**Assunto:** Avaliação da aplicação da [Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro](#) - Regime jurídico das instituições de ensino superior

**Exposição:** A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) cumprimentou os membros da delegação da Associação Académica de Coimbra, Alexandre Amado (Presidente), Mariana Gaspar Rodrigues e Catarina Pais Rodrigues (Direção), indicou a grelha de tempos utilizada nas audiências da Comissão de Educação e Ciência, dando, de seguida, a palavra ao seu Presidente para fazer uma intervenção inicial.

Alexandre Amado iniciou a sua intervenção apresentando muito sucintamente os três objetivos subjacentes ao pedido de audiência apresentado à Comissão de Educação e Ciência, recordando desde logo que a Associação Académica de Coimbra organizou, no dia 21 de março de 2018, uma manifestação contra o estado atual do ensino superior português, em que participaram cerca de 700/800 estudantes da Universidade de Coimbra, reclamando uma resposta política aos problemas que vivem diariamente e que se arrastam há muitos anos face à surdez da tutela em ouvir e responder às reivindicações apresentadas.

Assim sendo, a Associação Académica de Coimbra tem agora oportunidade de apresentar à Comissão de Educação e Ciência as suas três grandes preocupações e que se prendem com as propinas, a revisão do regime jurídico das instituições do ensino superior e a matéria respeitante às taxas e emolumentos.

Disse também que há cerca de três meses a Associação questionou o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no sentido de saber se estava ou não prevista alguma alteração em relação à redução progressiva das propinas do ensino superior (e lembrou, a este propósito, que esse foi um objetivo político anunciado por este Governo, mas ao qual ainda não

deu concretização), mas não obteve qualquer resposta. Defende que, após o congelamento das propinas através da suspensão da eficácia da norma da lei de bases de financiamento, não há outra ação consequente da Assembleia da República que não seja a de rever a lei, o que ainda não foi feito.

Afirmou, por outro lado, que o regime jurídico das instituições do ensino superior tem sido alvo de muitas contestações, não sendo mais sustentável. O próprio artigo 185.º da [Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro](#) («Avaliação da aplicação») determina que «A aplicação da presente lei é objeto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor», o que ainda não foi feito até agora. Para a Associação há que efetivar essa revisão o mais brevemente possível.

Por último, frisou que se torna necessário regulamentar as taxas e emolumentos do ensino superior, que são de facto uma forma de «propina camuflada» de financiamento, podendo as instituições do ensino superior fixar de forma totalmente arbitrária os montantes devidos e indexá-los aos atos académicos. Esse foi um outro objetivo anunciado pelo Governo mas que também ainda não foi concretizado, requerendo-se agora que essa matéria seja regulamentada.

O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) afirmou que o valor das propinas cobrado é de facto excessivo quer no 1.º ciclo quer nos ciclos posteriores, mas espera-se que num futuro próximo seja possível proceder à sua redução, concordando também com a necessidade de se proceder à regulamentação das taxas e emolumentos. Contudo, adiantou que para se possa dar satisfação a essas duas exigências são necessários mais investimentos públicos na área do ensino superior e uma alteração das políticas vigentes. Em relação ao RJIES, considera ser urgente proceder à avaliação em falta.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) concordou com todas as preocupações expressas pela Associação, salientando a este propósito que as expectativas criadas em torno do ensino superior saíram completamente defraudadas, registando-se de facto um afastamento entre a política do Ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior e aquilo que é a missão da maioria parlamentar atualmente existente no Parlamento. E esse defraudar das expectativas tem sobretudo a ver com o apoio que o Grupo Parlamentar do PS tem dado às políticas do atual da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, reprovando todas as iniciativas que os Grupos Parlamentares do BE e do PCP têm apresentado, como a respeitante à revisão do RJIES.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) frisou que o RJIES é uma lei estruturante que, no seu articulado, pressupunha uma avaliação ao fim de 5 anos - que nunca foi feita. Esta questão tem sido abordada, já por várias vezes, em sede de Comissão de Educação e Ciência

e, embora tenha havido uma apreciação implícita no relatório da OCDE, considera ser necessário proceder a esse trabalho para que se possam apresentar alterações fundamentadas e não alterações meramente *ad hoc* – como tem feito o Governo, Bloco e PCP. Sobre propinas, afirmou que o Governo já disse que não ia haver alterações nesta legislatura, ao mesmo tempo que se mostrou disponível para rever este pilar, isto é, a mensagem é confusa. Finalmente, perguntou qual a posição da AAC em relação à ação escolar indireta, designadamente quanto ao alojamento estudantil.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que, tendo em conta a atual composição do Parlamento, o Governo PS tem todas as condições para fazer as alterações necessárias, que possam dar resposta às expectativas e justas reivindicações dos estudantes, tendo já sido apresentadas iniciativas legislativas sobre essas matérias, designadamente por parte do Grupo Parlamentar do PCP, como a que propõe a alteração do regime jurídico das instituições do ensino superior, a alteração da lei do financiamento e da lei da ação social escolar.

Por fim, o Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) usou da palavra para afirmar que a capacidade de intervenção do Grupo Parlamentar do PSD no sentido de alterar algumas destas matérias é neste momento diminuta e quem aprova o Orçamento do Estado é que é responsável pelo financiamento do ensino superior. O seu Grupo Parlamentar já se manifestou por diversas vezes contra os cortes a que tem sido submetido o ensino superior e não entende a razão de quem aprova o Orçamento vir depois dizer que não é responsável pelas suas consequências.

No final, o Presidente da Associação Académica de Coimbra respondeu às questões colocadas, após o que a Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) deu por encerrada a audiência.

A audiência está disponível na página da Comissão na [internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2018

A assessora,  
*Maria Mesquitela*